

# Editorial

A Escola do Parlamento apresenta o sétimo número da Revista Parlamento e Sociedade, publicada semestralmente, e que objetiva promover discussões e reflexões sobre aspectos da vida social e política nacional, enfocando, sempre que possível, o Poder Legislativo na vida brasileira e sua interface com as políticas públicas.

Neste volume, apresentamos o *Dossiê Financiamento de Políticas Públicas*, resultado de um ciclo de seminários promovido pela Escola do Parlamento em parceria com a Consultoria Técnico-Legislativa das Áreas Sociais da Câmara Municipal de São Paulo (SGP.52).

A riqueza e a pertinência dos debates levaram à necessidade de uma consolidação mais sistematizada dos inúmeros conceitos e questões debatidos ao longo dos encontros, ao que, a convite da Escola do Parlamento, os professores produziram os presentes artigos, de síntese e aprofundamento do rico embate de ideias apresentado. O presente dossiê visa disponibilizar, a um público mais amplo, um material cuja densidade reflexiva lhe permite apresentar-se como indispensável para uma inserção em tão complexo tema. Esperamos que os artigos auxiliem os leitores a melhorarem sua compreensão sobre as formas pelas quais as políticas sociais são financiadas pelo poder público, a origem dos recursos, as limitações impostas pela legislação e os desafios enfrentados pelos gestores públicos.

Neste volume também apresentamos o artigo “Constituição, Direitos Socioeconômicos e Alternativas Institucionais: A Perspectiva Experimentalista”, de autoria do professor Carlos Sávio Teixeira, da Universidade Federal Fluminense, e do Procurador Federal Vitor Pinto Chaves, que o submeteram conforme as regras da política editorial da Revista, tendo sido aprovado para publicação pelo nosso corpo de pareceristas anônimos. Nesse artigo os autores analisam o ideário que passou a dominar o Direito Constitucional brasileiro após a promulgação da Constituição de 1988 e argumentam que as visões que monopolizaram o debate sobre a capacidade de realização do Estado Social são insuficientes. Após cuidadosa análise do quadro institucional brasileiro, os autores propõem um caminho institucional pelo qual as promessas da Constituição de 1988, principalmente as referentes aos direitos socioeconômicos, possam ser cumpridas.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Conselho Editorial